

Empresários financeiros:

Dirigentes do setor financeiro consideram que os efeitos imediatos das medidas baixadas, ontem, pelo Governo, serão a aceleração da inflação, o aumento da carga tributária sobre pessoas físicas e jurídicas e apenas uma pequena queda nas taxas de juros, correspondente à redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Os empresários financeiros demonstram uma certa descrença quanto à possibilidade de que, em uma segunda etapa, de mais médio prazo, o pacote econômico venha a acarretar a reversão do processo inflacionário e queda mais acentuada nas taxas de juros, já que a principal causa da inflação brasileira, o déficit público, não foi realmente combatida pelo Governo.

SEPARAÇÃO ENTRE BB E BC

— O tratamento de combate à inflação continua sendo gradualista — disse ontem o Presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão.

Segundo ele, o Governo não adotou a medida mais importante para ajustar a economia: a separação entre o Banco do Brasil e o Banco Central.

Brandão explica que somente com a transformação do BC em um banco ortodoxo é possível conter o crescimento do déficit público.

A criação de um banco central ortodoxo, na sua opinião, acarretaria inevitavelmente a consolidação dos três orçamentos governamentais — monetário, fiscal e das estatais — em um só orçamento, o fiscal, o que faria com que novos gastos do setor público tivessem que ser submetidos ao Congresso Nacional.

— Desta forma — observa ele — as empresas estatais não contariam mais com apoio oficial fácil para suprir seus déficits, como ocorre hoje em dia.

O que não pode continuar a acontecer, frizou, é a prática de financiamento do déficit público através da emissão de papel moeda. Um banco central ortodoxo conta apenas com quatro instrumentos de controle monetário: o depósito compulsório, o redesconto, o open market e o câmbio. Emissão excepcional de moeda tem que ser autorizada pelo Congresso.

Também para o empresário financeiro Adolpho Ferreira de Oliveira, diretor da Corretora Adolpho de Oliveira e Associados, tudo indica que o "pacote" vai gerar,

por meio de corte dos subsídios e da consequente elevação de preços do petróleo, trigo e demais produtos agrícolas, uma "inexorável aceleração inflacionária".

Ele crê que o aumento da receita e que o corte anunciado para os gastos públicos não acarretarão redução significativa do déficit público, porque o Governo não teve coragem suficiente de expurgar os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro sobre a dívida interna em títulos públicos e sobre a dívida estatal correspondente aos depósitos em moedas estrangeiras no Banco Central.

— Todas as medidas provavelmente só farão com que o Brasil volte ao estágio anterior ao dia 18 de fevereiro, quando a máxi foi adotada.

Já o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Bancos, (Fenaban), Theóphilo de Azeredo Santos, é mais otimista quanto ao "pacote". Segundo Theóphilo, as medidas governamentais vão reduzir o déficit público, e consequentemente controlar a inflação e causar uma queda nas taxas de juros.

Mas não sabe dizer quando as taxas de juros cairão:

— Será preciso esperar pela queda da inflação.

Juros cairão pouco

O GLOBO Sexta-feira, 10/6/83

ECONOMIA • 17

OS EFEITOS DAS MEDIDAS

(na visão do banqueiro)

O Presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, fez uma análise detalhada das consequências positivas e negativas de cada uma das principais medidas adotadas pelo Governo e chegou às seguintes conclusões:

- a inflação se acelerará
- a redução do déficit público foi apenas parcial
- as taxas de juros se manterão em níveis elevados, mesmo com a queda do IOF e a liberação do crédito.

REPERCUSSÕES

POSITIVAS

- Menor pressão sobre a base monetária.
- Redução do déficit público.
- Equilíbrio das contas da Petrobrás.

- Arrecadação de Cr\$ 150/200 bilhões, para financiar o déficit público.

- Aumento substancial de arrecadação de recursos para financiar o déficit público.

- Menor pressão sobre a base monetária, em função dos empréstimos da espécie feitos pelas Autoridades Monetárias.
- Redução do déficit público.

- Anula em parte os efeitos negativos da medida anterior.
- O produtor terá assegurado um preço relativamente justo, no correr do tempo.

- Aumento do poder de competitividade dos produtos que ainda estavam a ele sujeitos.

- Nenhuma

- Representará, quando adotada, menor pressão sobre a base, uma vez que os recursos são oriundos exclusivamente das Autoridades Monetárias.
- Redução do déficit público.

- Redução direta na taxa de juros reais da economia.

- Mais recursos para a Autoridade Monetária, diminuindo a pressão sobre a base.

- Mais disponibilidade de crédito para a economia.
- Redução das taxas de juros e dos "spreads" dos bancos, pelo desejado retorno à competição do sistema financeiro.

- Menor pressão sobre o crédito, abrindo espaço para o setor privado, forçando a redução do déficit público.
- Menor pressão sobre a taxa de juros

- Menor pressão sobre a base monetária.
- Redução do déficit público.
- Diminuição do espaço ocupado pelo setor público.

- Menor pressão sobre a base monetária.
- Mais recursos para financiar o déficit fiscal.

- Residual redução no déficit público.

- Menor pressão sobre a base monetária.
- Redução do déficit público.

- Nenhuma

NEGATIVAS

- Impacto direto em todos os custos, inclusive agrícolas, com elevação brusca da inflação.

- Aplicação prática difícil.
- Fiscalização impraticável.
- Pode estreitar ainda mais o mercado de Títulos Públicos Federais, aumentando o resgate pelo BC, em nível superior aos Cr\$ 150/200 bilhões, anulando o objetivo da medida.

- Elevação das taxas de juros.
- Desestímulo a capitalização das empresas com reflexo negativo na Bolsa.

- Elevação dos preços dos produtos agrícolas.
- Desestímulo aos novos investimentos em expansão de área.
- Efeito direto na elevação da inflação.
- Perda de competitividade de nossos produtos exportáveis, com reflexo negativo na Balança Comercial.
- Aumento da taxa média de juros da economia.
- Medida parcial.

- Pressão direta na base monetária, pois os recursos do AGF serão enormemente aumentados.
- Desarticulará ainda mais os fluxos de comercialização interna pois o principal comprador passará a ser o Governo.
- Indexação do preço mínimo (mais um).

- Menos recursos para reduzir o déficit fiscal.

- Aumento da recessão e do desemprego.
- Menor capacidade de competição das pequenas e médias empresas.
- Não se caracteriza com redução do subsídio ao crédito, pois este tipo de empréstimo representa uma percentagem sobre os depósitos à vista dos bancos, não implicando em nenhuma pressão sobre a base monetária.
- Aumento da taxa média de juros.

- Diminuição da competitividade dos produtos exportáveis beneficiados por este crédito, reduzindo proporcionalmente os efeitos da máxi.

- Menos recursos para financiar o déficit fiscal.

- Mais emissão de ORTN e dispêndio do Tesouro Nacional.
- Elevação das taxas de juros dos empréstimos.

- Nenhuma

- Nenhuma

- Nenhuma, exceto no caso de corte de recursos que provoca aumento de recessão e desemprego.

- Redução do capital de giro do sistema financeiro, com estreitamento da liquidez, menos disponibilidade de recursos para empréstimos e aumento da taxa de juros.

- Diminuição da produtividade do setor público.

- Reflexo direto no aumento do custo de vida, com consequências sociais negativas, por se tratar de produto básico de alimentação.

- A queda dos subsídios vai-se refletir diretamente em todos os preços, inclusive salários, com realimentação violenta da inflação.

Na Bolsa, queda

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro operou ontem em baixa de 3,9 por cento, com o IBV tendo atingido 7.590 pontos. No fechamento, a tendência de baixa continuou -1,8 por cento, com 7.430 pontos.

No 'open', oscilação

No mercado aberto, as cotações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com vencimento em novembro de 87 (os papéis mais negociados no open) oscilaram muito. Cairam no início do dia cerca de um por cento — de 106,20 por cento para 105,20 por cento — e se recuperaram um pouco, no final do período, subindo para 105,70 por cento.

Crédito parado

As operações bancárias estiveram praticamente paralisadas. Muitos dirigentes de bancos estiveram reunidos durante o dia inteiro, analisando os efeitos do pacote econômico.

Dólar cai no paralelo

A cotação do dólar no mercado paralelo caiu ontem. Para venda, ficou em Cr\$ 780 e para compra, em Cr\$ 730, havendo casas de câmbio que operaram com cotação para compra de Cr\$ 720. Anteontem, as cotações estavam em Cr\$ 820 e Cr\$ 780.

A expectativa de Langoni

BRASÍLIA (O GLOBO) — As medidas definidas ontem no Conselho Monetário Nacional devem contribuir decisivamente para a redução das taxas de juros no mercado interno, principalmente a partir da diminuição da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da liberação dos limites quantitativos de crédito nas operações junto ao setor privado. A avaliação é do Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, que acredita na tendência natural de convergência entre os patamares das taxas de juros internas e externas.

Langoni considerou o novo pacote econômico um ataque frontal ao déficit público, o principal ponto de desequilíbrio interno da economia brasileira, na sua opinião. O processo de redução dos subsídios, segundo ele, foi encaminhado de forma estrutural, permitindo que, já no próximo ano, o orçamento monetário possa contar com um retorno substancial nessas aplicações, restringindo a necessidade de transferências do orçamento fiscal.

O aumento dos encargos financeiros no crédito rural deverá ter, como consequência, a diminuição da demanda por financiamentos nessa área, dificultando a aplicação de recursos subsidiados em investimentos desvinculados da atividade rural. Langoni acredita que essa redução da demanda resultará numa economia de Cr\$ 250 bilhões para as autoridades monetárias.

O Presidente do Banco Central revelou, ainda, a expectativa de que seja possível ampliar a margem de recursos disponíveis para investimentos do setor privado, porque foram estabelecidos limites mais rígidos para a obtenção de crédito pelo setor público.